



Conhecimento e comportamento político: percepção e engajamento cívico-democrático de estudantes do Ensino Médio

knowledge and political behavior: perception and civic-democratic engagement of high school students

José Solon da Silva Júnior¹ Marcos Alexandre Alves²

Submetido: 13/05/2026 Aprovado: 28/06/2026 Publicação: 07/08/2026

RESUMO

Objetiva-se, neste artigo, analisar o conhecimento e o comportamento, ou seja, o nível de participação política de estudantes do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Educação Básica, localizada em Faxinal do Soturno, RS. Intenciona-se compreender a percepção e o engajamento cívico dos jovens, utilizando um questionário para coletar dados. A fundamentação teórica ancora-se em autores que discutem o engajamento democrático, a socialização política e o 'mal-estar' institucional. Metodologicamente, realizou-se a triangulação dos dados coletados com o referencial teórico, permitindo uma análise qualitativa das orientações políticas juvenis. Os resultados mostram um reconhecimento da relevância do engajamento cívico, mas indicaram uma distância considerável das práticas políticas formais, como o voto e a participação em atividades sociais. As principais barreiras identificadas foram a apatia política, o desinteresse e a falta de informação. Ademais, os estudantes apresentaram uma compreensão superficial sobre a escolha de candidatos e de partidos, com a influência familiar sendo um fator determinante nas suas decisões. As considerações finais ressaltam a urgência de uma educação política mais efetiva, que não apenas informe os jovens sobre seus direitos e deveres, mas também os envolva ativamente na construção da sociedade, estimule a conscientização política e o engajamento cívico na participação política juvenil.

Palavras-chaves: Participação política. Engajamento cívico. Educação política. Ensino Médio. Influência familiar.

ABSTRACT

This article aims to analyze the knowledge and behavior—specifically the level of political participation—of high school students from a State Basic Education School located in Faxinal do Soturno, RS. The study seeks to understand the perception and civic engagement of young people, using a questionnaire to collect data. The theoretical framework is anchored in authors who discuss democratic engagement, political socialization, and institutional "malaise." Methodologically, a triangulation of the collected data with the theoretical references was performed, allowing for a qualitative analysis of youth political orientations. The results show a recognition of the relevance of civic engagement but indicate a considerable distance from formal political practices, such as voting and participation in social activities. The main barriers identified were political apathy, disinterest, and a lack of information. Furthermore, students presented a superficial understanding of the choice of candidates and parties, with family influence being a determining factor in their decisions. The final considerations highlight the urgency of a more effective political education that not only informs young people about their rights and duties but also actively involves them in the construction of society, stimulates political awareness, and promotes civic engagement in youth political participation.

Keywords: Political participation. Civic engagement. Political education. High school. Family influence.

¹ Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática - Universidade Franciscana (UFN). Bolsista Capes. Professor do Secretaria Estadual de Educação do RS. Rio Grande do Sul, Brasil. jsolonjunior@gmail.com

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidade se Linguagens - Universidade Franciscana (UFN). Rio Grande do Sul, Brasil. marcosalves@ufn.edu.br

1. Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil (CF), em seu Artigo 1º, estabeleceu os princípios fundamentais da soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político (Brasil, 1988). Derivados desses princípios, a CF delineou uma série de direitos e garantias fundamentais, incluindo os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais e os direitos políticos, que englobam o acesso à educação e à soberania popular.

O próprio texto constitucional, em seu Artigo 205, estipulou que a educação visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O exercício da cidadania, por sua vez, implicou na plena realização dos direitos mencionados anteriormente, conferindo ao indivíduo a condição de cidadão. Nessa perspectiva, a cidadania pode ser compreendida como a expressão tangível do funcionamento democrático.

Portanto, o acesso ao voto desempenhou um papel crucial nesse contexto. No Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para maiores de 18 anos e facultativos para analfabetos, maiores de 70 anos e maiores de 16 e menores de 18 anos (Brasil, 1988). Diante disso, surgiu a preocupação quanto à educação política dos jovens, tanto durante o período facultativo quanto nos anos iniciais do alistamento obrigatório, para sua efetiva participação democrática. Como docente do ensino médio, constatou-se uma limitada compreensão sobre a política em si, muitas vezes restrita ao conhecimento de determinados agentes políticos. Isso ficou evidente ao se observar as últimas eleições presidenciais, especialmente as de 2018 e 2022, marcadas por uma intensa polarização política.

Neste estudo, propõe-se analisar as percepções sobre educação política entre os estudantes do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Educação Básica, situada em Faxinal do Soturno, no estado do Rio Grande do Sul. Para tal, foi aplicado um questionário adaptado da literatura, visando obter dados estatísticos relevantes para a análise. O problema de pesquisa consiste em responder a seguinte pergunta: Qual a importância da educação política, no sentido de estimular o comportamento, a conscientização e o senso de engajamento cívico-democrático da participação política dos estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual? Ou seja, pretende-se analisar a percepção dos estudantes sobre a importância da participação política em relação aos princípios democráticos; identificar as principais barreiras que os alunos enfrentaram para se engajar em atividades políticas e sociais; examinar a compreensão dos estudantes acerca da escolha de candidatos e partidos políticos; e explorar possíveis relações entre diferentes formas de participação cívica e a compreensão política dos estudantes.

A compreensão política dos estudantes do ensino médio é crucial para a consolidação de uma sociedade democrática e participativa, sendo a educação política um elemento-chave para capacitá-los a exercer plenamente seus direitos e deveres como cidadãos. A investigação proporcionou uma análise acerca do entendimento político dos estudantes, e os resultados obtidos podem orientar educadores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas interessados em promover uma formação política de qualidade e, consequentemente, fortalecer a participação democrática dos jovens brasileiros.

2. Partidos e educação política: formação da cidadania no Brasil

A educação política, segundo Joel Westheimer em *What Kind of Citizen? Educating Our Children for the Common Good* (2015), é um processo que visa capacitar os cidadãos a compreender e participar ativamente na vida política e cívica de suas comunidades e nação. Westheimer (2015) argumenta que essa educação deve transcender a mera transmissão de informações sobre sistemas políticos e instituições, promovendo habilidades críticas e engajamento ativo.

No Brasil, a educação política é desenvolvida tanto nas escolas quanto nas famílias. Fuks (2012) destaca que o acesso à informação política varia, influenciado pela escolaridade dos pais e pelas dinâmicas familiares. Historicamente, disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil foram introduzidas durante o regime militar, mas seu objetivo muitas vezes foi mais ideológico do que educativo, contribuindo para uma compreensão superficial da democracia (Dantas; Estramano, 2015).

A educação política no Brasil revelou-se voltada à transmissão de valores, em detrimento de um estudo aprofundado do conceito de democracia. Dantas, Bernardi e Moraes (2023) enfatizam que essa abordagem limitou o entendimento crítico sobre a democracia, que se origina do grego antigo *demokratia*, significando governo do povo. Nos últimos anos, a reintegração das disciplinas de Filosofia e Sociologia ao currículo do ensino médio representa um avanço, permitindo uma politização em alguns contextos escolares, conforme observado por Fuks (2012).

O Novo Ensino Médio, estabelecido pela Lei nº 13.415 de 2017, consolidou a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e promoveu a flexibilização curricular, possibilitando a inclusão de disciplinas específicas que abordam temas de educação política. No Rio Grande do Sul, desde 2022, o Ensino Médio Gaúcho introduziu disciplinas como Direitos Humanos e Diferentes Culturas e, também, Democracia e Relações Sociais, visando fomentar a conscientização política entre os jovens (Rio Grande do Sul, 2022).

Além das escolas, os partidos políticos também desempenham um papel na educação política por meio de suas fundações, conforme a Lei nº 9.096 de 1995 (Brasil, 1995). Essas

fundações promovem pesquisas, estudos e cursos para a formação política. Instituições da sociedade civil, como a “Politize!”, também têm contribuído para a educação política.

Apesar das regulamentações que buscam preparar os jovens para o exercício da cidadania, os índices de politização ainda são insatisfatórios. Dantas, Bernardi e Moraes (2023) afirmam que as políticas públicas de educação devem incluir o universo da democracia e da política em seus conteúdos e práticas.

Para avançar, segundo Moura e Braga et al. (2023), é fundamental que as políticas educacionais não apenas incluam, mas também enfatizem o ensino de habilidades cívicas e políticas desde os primeiros anos de escolarização. A promoção de um currículo que vá além da teoria e estimule a prática ativa da cidadania é essencial para formar cidadãos conscientes e participativos. Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), argumenta que a educação deve ser um ato de liberdade, promovendo a conscientização crítica e o engajamento social dos educandos.

A colaboração entre diferentes setores da sociedade, incluindo escolas, famílias, partidos políticos e organizações da sociedade civil, é crucial para a construção de uma educação política robusta. A participação desses atores pode enriquecer o processo educativo e garantir que os jovens tenham acesso a uma educação política ampla e diversificada, preparando-os adequadamente para a vida cívica e política. Neste sentido, Giroux (2011), argumenta que a escola deve ser um espaço de transformação social, onde os estudantes são encorajados a questionar, criticar e atuar no mundo que os cerca.

Com essa breve síntese sobre a educação política no contexto brasileiro e sua importância na formação cidadã, apresentamos agora uma breve trajetória dos partidos políticos brasileiros.

Apresenta-se, na sequência, uma análise sucinta da trajetória da formação dos partidos políticos no Brasil. Segundo Santano (2016), esta trajetória de formação política se inicia a partir do período envolvendo a monarquia no Brasil (1822-1889). Nesse contexto, mais especificamente ao final da Regência Trina, em 1838, existiam dois partidos majoritários, sendo eles os conservadores e os liberais. Ainda durante o período monárquico, foi instituído o Partido Republicano, na década de 1870, que desempenhou papel fundamental na instauração da República no Brasil. Posteriormente, esse partido se fragmentou em duas correntes regionais: o Partido Republicano Mineiro (PRM), em Minas Gerais, e o Partido Republicano Paulista (PRP), em São Paulo, fenômeno político que deu origem à chamada política do “café com leite” (Sampaio, 2002).

Com a Constituição de 1891, não houve regulamentação sobre a criação de partidos (Santano, 2016), situação que se manteve durante toda a Primeira República (Mezzaroba, 2004). Já, a Revolução de 1930 inaugurou um novo cenário, marcado pela formação de legendas como o Partido Libertador do Rio Grande do Sul e o Partido Nacionalista de Minas Gerais (Santano,

2016). Entretanto, a Constituição de 1934 demonstrou uma tendência ao enfraquecimento dos partidos políticos (Chacon, 1985), sob o argumento de que poderiam representar ameaça à democracia, especialmente no contexto do governo Vargas (Souza, 1983). Nesse texto constitucional, as legendas não eram formalmente reconhecidas, mas apenas consideradas como “correntes de opinião” (Santano, 2016). Foi nesse contexto que surgiram organizações de caráter ideológico como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) (Mezzaroba, 2004).

A Constituição de 1937, por sua vez, não trouxe qualquer disposição referente a partidos políticos (Santano, 2016). Somente a partir de 1945 o termo voltou a ser utilizado, ainda que em sentido restritivo e muitas vezes negativo (Santano, 2016). Já a Constituição de 1946 passou a permitir a criação de partidos, desde que estivessem alinhados à ideologia predominante, vedando, portanto, o reconhecimento de legendas contrárias (Santano, 2016). Entre 1945 e 1964, diversos partidos foram fundados (Rabat, 2004), mas em julho de 1965 a “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” impôs regras rígidas para a formação de novas siglas (Santano, 2016). Poucos meses depois, o Ato Institucional nº 2, de outubro do mesmo ano, decretou o bipartidarismo no país, criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vinculada ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como principal força de oposição.

As Constituições de 1967 e 1969 mantiveram restrições quanto à organização partidária, modificadas apenas em 1979 com a promulgação da Lei nº 6.767, que dissolveu as legendas existentes e permitiu a reorganização partidária (Santano, 2016). Esse marco possibilitou o restabelecimento do pluripartidarismo, em sintonia com o processo de redemocratização ocorrido na década de 1980, abrindo espaço para a formação de inúmeros partidos que permanecem até os dias atuais.

No que se refere às principais siglas contemporâneas, com foco nos partidos observados posteriormente na metodologia desta pesquisa, observa-se que a ARENA se transformou inicialmente no Partido Democrático Social (PDS) e, após sucessivas reformas e fusões, originou o atual Progressistas (PP). O MDB, por sua vez, passou a denominar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), retomando a sigla original em 2017. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi criado em 1979 a partir de dissidentes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tivera protagonismo na Era Vargas e, durante a ditadura, atuaram no interior do MDB. Já o Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em 1980, fundado por sindicalistas e opositores ao regime militar. O atual Partido Liberal (PL), tem origem no homônimo PL de 1985, fundado por um dos dissidentes da ARENA, que posteriormente se fundiu ao Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), em 2006, dando origem ao Partido da República (PR), o qual, em 2017, retomou o nome Partido Liberal.

Já em pesquisas sobre educação política, o estudo de Brasil, Bins Ely e Costa (2023) investiga como estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Porto Alegre compreendem o conceito de democracia, partindo da premissa de que essa noção é fundamental para o engajamento cívico. Os autores identificam um distanciamento significativo dos jovens em relação ao tema e argumentam que a principal barreira para a vida pública é a falta de instrumentalização política e de acesso a informações que defendam os valores democráticos. O trabalho reforça a tese de que a escola deve atuar como o espaço formal para a construção de uma cidadania jovem ativa, mitigando a lacuna educativa que gera apatia.

Dando continuidade a essa reflexão sobre o papel do ambiente escolar, a pesquisa de Forlini (2015) explora a percepção de alunos no estado de São Paulo como base para repensar a educação para a democracia. O autor destaca que, embora não existam referenciais teóricos "clássicos" unificados sobre a educação política, os próprios estudantes reconhecem a carência dessa formação e acreditam que ela traria benefícios práticos, como aprender a votar e evitar a manipulação por ideias falaciosas. O estudo sugere caminhos metodológicos, como debates e dinâmicas que relacionem o conteúdo político ao cotidiano, visando tornar a aprendizagem mais fluida e significativa para o jovem.

Complementarmente, Vazquez e Pereira (2020) investigam a formação de opinião política entre estudantes da periferia de Guarulhos, identificando determinantes que muitas vezes transcendem os muros da escola. Os autores observam que a proximidade com a família, grupos de pares e determinadas denominações religiosas são centrais para o posicionamento dos jovens, indicando um processo de desinstitucionalização da socialização política. A pesquisa destaca que temas identitários e sensíveis, como gênero e autoidentificação socioeconômica, ganham relevância na subjetivação política em detrimento dos valores tradicionalmente transmitidos por instituições formais.

Nessa mesma perspectiva de socialização, o texto de Tomizaki e Daniliauskas (2018), que apresenta uma entrevista com a pesquisadora Anne Muxel, discute a relação entre os jovens e a política a partir do conceito de "mal-estar" institucional. A obra enfatiza a importância da transmissão intergeracional na formação de atitudes, destacando como o comportamento militante ou a rejeição à política podem ser herdados do ambiente familiar. Muxel aponta que, apesar do aparente distanciamento das instituições tradicionais, a juventude não está inerte, mas reinventa sua participação através de novos canais de socialização e engajamento subjetivo.

Em um âmbito mais amplo e quantitativo, o estudo comparativo de Viscarra e Barbosa (2023) utiliza dados do *World Values Survey* para analisar as mudanças na percepção política dos jovens brasileiros entre 2014 e 2018. Fundamentado na teoria da Cultura Política, o artigo revela um perfil juvenil marcado pela ambivalência, caracterizado por uma alta desconfiança em relação

aos atores políticos tradicionais. Os resultados apontam que, embora a juventude manifeste apoio formal à democracia, predomina um desinteresse pelo assunto e uma fragilidade nas orientações cognitivas necessárias para um engajamento robusto em contextos de alta polarização.

Por fim, Corrêa (2013) analisa a participação política juvenil sob a ótica das reinvenções e utopias contemporâneas, oferecendo um contraponto à ideia de passividade. O texto ressalta que a juventude brasileira deve ser percebida como um agente central de mudanças, cujos esforços de mobilização se deslocam dos canais institucionais, muitas vezes vistos como arcaicos, para espaços diversos de integração, como grupos religiosos, culturais e de ação voluntária. Assim, a literatura converge para a necessidade de compreender o jovem não apenas pelo que lhe falta em termos de conhecimento formal, mas pelas novas formas de politização que emergem em sua vivência cotidiana.

Dessa forma, realizada esta contextualização histórica da formação e transformação dos partidos políticos no Brasil, passa-se à apresentação da metodologia empregada neste trabalho.

3. Metodologia, Resultados e Discussões

Para atingir os objetivos deste estudo, foi utilizado um questionário adaptado de Zorzi (2016). O instrumento de coleta de dados foi aplicado aos alunos do ensino médio de uma escola pública estadual situada no Rio Grande do Sul. A adaptação visou tornar o questionário mais sucinto e alinhado com os objetivos específicos da pesquisa. O questionário original, composto por 68 questões, foi reduzido para 24, com ajustes que refletiram as necessidades desta investigação.

Os dados demográficos e gerais sugeridos por Zorzi (2016) foram preservados, com a inclusão de uma questão sobre a turma do respondente. Adicionalmente, foi adicionada uma questão aberta: “Descreva, brevemente, o que é política para você”, a fim de possibilitar uma análise qualitativa das percepções dos alunos sobre o conceito de política. As questões originais 3 a 6, que Zorzi (2016) definiu como hábitos ao pensar em política, foram mantidas e renumeradas de 6 a 9 na versão adaptada. No entanto, as questões 7 a 22 do questionário original, que exploravam aspectos mais amplos da participação em atividades escolares e políticas, foram excluídas, pois não estavam alinhadas ao foco desta pesquisa.

As questões 23, 25 a 29 foram mantidas, sendo renumeradas de 9 a 14. Além disso, questões elaboradas especificamente pelo autor foram incluídas entre os itens 15 e 18, com o intuito de reforçar a avaliação do conhecimento e da participação política dos estudantes. A questão 32 de Zorzi (2016) foi renumerada como 19, e a questão 33, foi renumerada e modificada como 21.

Essas alterações se justificaram pelo contexto onde a pesquisa foi realizada, onde há uma menor expressividade de partidos registrados, sendo eles o MDB, PDT, PL, PP e PT. Também foi adicionada uma questão referente à identificação partidária dos estudantes, sem incluir os responsáveis. A questão 20 foi criada para investigar a percepção dos alunos sobre a importância dos partidos políticos. As questões 35, 36 e 37 foram mantidas, mas renumeradas como 22, 23 e 24, respectivamente.

Além dessas mudanças estruturais, algumas modificações ortográficas foram realizadas para aprimorar a clareza das questões (Quadro 1):

Quadro 1 – Adaptações realizadas no Questionário de Zorzi (2016) para este trabalho.

Zorzi (2016)	Este trabalho
4.4 Sua lista de contatos das redes sociais.	Seus contatos nas redes sociais.
5.7 Jornais impressos/Revista.	Jornais e revistas.
5.8 Internet.	Internet (páginas e artigos).

Fonte: elaborado pelos autores.

O questionário foi aplicado a nove turmas, distribuídas de forma equitativa entre os três anos (primeiro, segundo e terceiro) do ensino médio. É relevante notar que nem todos os estudantes da escola atingiram a idade mínima para obter o título de eleitor, que é de 15 anos, embora possam exercer o voto somente a partir dos 16 anos. O número total de estudantes matriculados nessas nove turmas foi de 149 alunos.

A análise dos dados será conduzida por meio de um diálogo analítico entre os resultados empíricos obtidos e o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa. Para tanto, será realizada a triangulação dos dados, confrontando as respostas extraídas dos questionários com as perspectivas de diversos autores que discutem a educação e a formação política na contemporaneidade. Essa abordagem permitirá interpretar as percepções e os comportamentos dos estudantes à luz de conceitos fundamentais, como o engajamento democrático e a deliberação (Brasil; Bins Ely; Costa, 2023), os desafios da educação para a democracia (Forlini, 2015) e os processos de socialização e formação de opinião (Vazquez; Pereira, 2020). Adicionalmente, a análise buscará compreender as nuances do 'mal-estar' institucional (Tomizaki; Daniliauskas, 2018), as transformações na cultura política (Viscarra; Barbosa, 2023) e as novas formas de participação e reinvenção política juvenil (Corrêa, 2013). Dessa forma, a análise transcende a mera descrição estatística, buscando uma compreensão profunda da subjetividade política dos sujeitos em estreita correlação com o aporte teórico selecionado.

Os questionários foram aplicados em 2024, durante o turno das aulas, pelos docentes da Escola. Embora a amostra esperada incluísse 149 alunos, apenas 98 estudantes estiveram presentes e responderam à pesquisa, o que corresponde a aproximadamente 65,77% do total de matrículas. A análise dos resultados dos questionários foi realizada por meio de métodos

estatísticos, onde cada questão foi analisada individualmente, considerando tanto os dados gerais quanto os específicos.

Além disso, algumas perguntas foram deixadas em branco, sendo classificadas como Respostas Omissas (RO). Nos casos em que dois ou mais itens foram selecionados, essas respostas foram tratadas como Respostas Ambíguas (RA). Ambas as categorias foram desconsideradas nas análises subsequentes. Na sequência apresentaremos cada questões, bem como a análise da sua respectiva resposta.

A *primeira (1) questão* abordou o gênero dos respondentes. Dos 98 alunos participantes, 54 se identificaram como do sexo masculino, representando 55,10%, enquanto 42 se identificaram como do sexo feminino, correspondendo a 42,86%. Além disso, 2 respostas foram classificadas como RO, o que equivale a 2,04% do total.

Foi analisada, na *questão dois (2)* a distribuição etária dos respondentes, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Distribuição etária dos respondentes.

Idade	Quantidade	%
15 anos	26 alunos	26,53%
16 anos	22 alunos	22,45%

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme mencionado, os jovens com 16 anos já possuem o direito de votar, embora a participação eleitoral nessa faixa etária seja facultativa. O questionário foi aplicado após as eleições de 2024, realizadas em 6 de outubro, o que significa que alguns alunos podem ter completado 16 anos após essa data. Ao observar o quadro, verifica-se que 70,41% dos alunos já estavam na idade adequada para votar, excluindo aqueles de 15 anos e as RO.

Além da análise geral realizada anteriormente, na *questão três (3)*, foi feita uma avaliação específica por turma, conforme apresentado no Quadro 3:

Quadro 3 – Distribuição dos alunos presentes e matriculados por turma.

Turma	Alunos presentes	Alunos matriculados	% do total	% dos matriculados
11	15 alunos	22 alunos	15,31%	68,18%
12	21 alunos	26 alunos	21,43%	80,77%
13	12 alunos	19 alunos	12,24%	63,16%
21	8 alunos	9 alunos	8,16%	8,89%
22	7 alunos	12 alunos	7,14%	58,33%
23	8 alunos	13 alunos	8,16%	61,54%
31	5 alunos	15 alunos	5,10%	33,33%
32	9 alunos	15 alunos	9,18%	60,00%
33	13 alunos	18 alunos	13,27%	72,22%
Total	98 alunos	149 alunos	100%	--

Fonte: elaborado pelos autores.

A maior concentração de alunos presentes na data da aplicação do questionário foi observada entre as turmas do 1º ano, totalizando 48 alunos, o que representa 49,98% do total. Dentre essas turmas, a turma 12 se destacou, com 21 dos 26 alunos matriculados presentes, correspondendo a 80,77%. Importante ressaltar que, nesta análise, não foram registrados casos de RO, uma vez que os questionários foram entregues separadamente por turma, impossibilitando qualquer omissão nesse aspecto.

A *questão quatro (4)* apresentou uma pergunta dissertativa, “Descreva, brevemente, o que é política para você”, foi de natureza aberta e discursiva. Para facilitar a análise, as respostas foram sintetizadas em palavras que resumem a essência de cada resposta, categorizando-as da seguinte forma (Quadro 4):

Quadro 4 – Sintetização das respostas dos alunos na questão quatro (4).

Resposta	Síntese
Respostas que mencionaram corrupção, roubo, bagunça e falsidade	Corrupção
Respostas que utilizaram os verbos administrar, governar, liderar, comandar e gerir	Governança
Respostas vagas e/ou sem sentido	Indefinição
Resposta que remetem à representação dos cidadãos	Representação
Respostas que envolvem normas e regras	Legislação
Respostas que indicam desinteresse por política	Indiferença
Respostas que falam sobre importância, base e fundamento	Fundamentação
Respostas ofensivas	Ofensa
Respostas que envolvem ajuda e assistência	Auxílio
Respostas que referem à política como ciência ou estudo	Ciência

Fonte: elaborado pelos autores.

Essa categorização possibilitou uma análise quantitativa mais precisa das percepções dos alunos sobre política, facilitando a identificação de padrões nas respostas discursivas. O Quadro 5 abaixo apresenta os dados coletados:

Quadro 5 – Número de ocorrências por síntese das respostas.

Síntese das respostas	Número de ocorrências	% do total
Corrupção	11 ocorrências	11,22%
Governança	14 ocorrências	14,29%
Indefinição	11 ocorrências	11,22%
Representação	8 ocorrências	8,16%
Legislação	3 ocorrências	3,06%
Indiferença	13 ocorrências	13,27%
Fundamentação	5 ocorrências	5,10%
Ofensa	2 ocorrências	2,04%
Auxílio	2 ocorrências	2,04%
Ciência	3 ocorrências	3,06%
RO	17 ocorrências	17,35%
Total	98 ocorrências	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que a categoria “Governança” apresentou o maior número de ocorrências válidas, com 14 respostas, o que representa 14,29% do total. Este resultado pode ser interpretado como um indicativo positivo, refletindo uma visão construtiva sobre o conceito de política entre

os alunos. Contudo, é importante notar que as três categorias seguintes com maior frequência, “Indiferença”, “Corrupção” e “Indefinição”, totalizam 35,71% das respostas. Essas categorias, juntamente com “Ofensa”, evidenciam percepções predominantemente negativas sobre política. Em contraste, as demais categorias refletem conotações mais positivas, sugerindo que, embora existam desafios significativos na percepção política dos alunos, há também elementos de esperança e participação.

A *questão cinco (5)* está relacionada ao interesse dos estudantes por política revelou que 17 alunos indicaram ter muito interesse (17,35%), enquanto 48 alunos relataram ter pouco interesse (48,98%). Já 31 estudantes afirmaram não ter nenhum interesse (31,64%) no tema, e 2 respostas foram classificadas como RO (2,04%).

Esses dados sugerem que, embora o interesse pela política seja moderado, com uma grande parcela de alunos apresentando apenas um leve envolvimento com o tema, há um segmento considerável (cerca de um terço) que demonstra total desinteresse. Esse dado é preocupante, pois reflete uma possível desconexão entre os jovens e os assuntos políticos, o que pode impactar negativamente a participação democrática futura (Tomizaki; Daniliauskas, 2018; Viscarra; Barbosa, 2023). No entanto, o fato de 17,35% dos alunos demonstrarem muito interesse é um indicador positivo, pois evidencia que existe um grupo que, apesar do contexto de polarização e crise de confiança nas instituições, mantém-se engajado em questões políticas.

Investigou-se, na *questão seis (6)*, a frequência com que os estudantes discutem política com diferentes grupos de pessoas. As respostas foram distribuídas, conforme o Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 – Frequência de conversa sobre assuntos políticos com diferentes grupos sociais.

Frequência ➡						
Grupo de Pessoas	Frequente-mente	Às vezes	Raramente	Nunca	RA	RO
Seus pais	12 (12,24%)	37 (37,76%)	28 (28,57%)	21 (21,43%)	0	0
Seus familiares	4 (4,08%)	27 (27,55%)	41 (41,84%)	25 (25,51%)	1 (1,02%)	0
Seus amigos	12 (12,24%)	26 (26,53%)	28 (28,57%)	28 (28,57%)	3 (3,06%)	1 (1,02%)
Seus contatos nas redes sociais	2 (2,04%)	12 (12,24%)	30 (30,61%)	51 (52,04%)	0	3 (3,06%)
Seus colegas de escola	9 (9,18%)	29 (29,59%)	30 (30,61%)	29 (29,59%)	1 (1,02%)	0
Seus professores	4 (4,08%)	16 (16,33%)	24 (24,49%)	54 (55,10%)	0	0

Fonte: elaborado pelos autores.

As discussões políticas ocorrem com maior frequência entre pais e amigos, ambos com 12 alunos (12,24%), afirmando discutir política “frequentemente”. A frequência “Às vezes” é mais comum nas conversas com os pais, representada por 37 alunos (37,76%). No caso dos familiares,

a maioria das respostas ficou na categoria “Raramente”, com 41 alunos (41,84%). A opção “Nunca” foi mais associada aos contatos nas redes sociais, com 51 respostas (52,04%), e aos professores, com 54 respostas (55,10%), o que indica que esses grupos são os menos frequentes nas discussões políticas dos alunos.

A *questão sete (7)* verificou o grau de importância que os alunos atribuem a diversas instituições na formação de sua opinião política. Os estudantes classificaram, de 1 a 9, o nível de influência de cada instituição, onde 1 representa a mais importante e 9 a menos relevante. A Quadro 7 abaixo apresenta a distribuição das classificações:

Quadro 7 – Classificação de importância de diferentes instituições.

Grau de importância ➡											
Instituição ↓	1	2	3	4	5	6	7	8	9	RA	RO
Família	30	8	3	6	3	8	5	6	4	16	9
Igreja	4	7	8	1	5	3	3	6	26	26	9
Escola	1	9	9	6	8	9	7	10	1	29	9
Amigos	7	10	6	8	6	6	11	4	5	26	9
Televisão	3	5	5	8	17	9	5	2	2	32	10
Rádio	1	2	4	4	7	10	11	12	6	33	8
Jornais e revistas	8	7	9	5	6	2	9	7	5	27	13
Internet	6	17	6	10	3	5	5	5	4	24	13
Redes sociais	3	2	11	15	10	5	5	6	4	24	13

Fonte: elaborado pelos autores.

O grau 1 corresponde à instituição, considerada a mais importante, enquanto o grau 9 reflete a menos influente. A “Família” foi apontada como a instituição mais influente, com 30 respostas classificando-a no grau 1. No entanto, as classificações individuais não fornecem uma visão clara da importância relativa de todas as instituições. Para obter uma análise mais robusta, utilizou-se a soma ponderada das classificações. Nesse cálculo, as classificações mais próximas de 1 receberam pesos mais altos, enquanto aquelas mais próximas de 9 foram ponderadas com valores menores. A classificação final das instituições foi a seguinte: Família: 469 pontos; Internet: 356 pontos; Amigos: 333 pontos; Redes sociais: 311 pontos; Jornais: 305 pontos; Escola: 298 pontos; Televisão: 292 pontos; Igreja: 238 pontos; Rádio: 215 pontos.

A “Família” obteve a maior pontuação, consolidando-se como a principal instituição de influência na formação da opinião política dos estudantes (Vazquez; Pereira, 2020). A “Internet” e os “Amigos” aparecem em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Por outro lado, “Rádio” e “Igreja”, tiveram as menores pontuações, sugerindo uma menor relevância para os alunos.

Observou-se uma alta incidência de RA, indicando que os estudantes podem ter encontrado dificuldade para hierarquizar claramente as instituições. Já as RO foram mais

frequentes em categorias como redes sociais, internet e mídia tradicional, possivelmente refletindo incerteza ou indiferença em relação à importância dessas instituições.

Na *questão oito (8)*, os alunos avaliaram o grau de interesse que diferentes grupos de pessoas em suas vidas têm por política. Os dados foram distribuídos da seguinte forma (Quadro 8):

Quadro 8 – Nível de interesse de diferentes grupos sociais em política.

Grau de interesse ➡					
	Muito	Pouco	Nenhum interesse	RA	RO
Grupo de pessoas ↓					
Seus pais	27 (27,55%)	64 (65,31%)	5 (5,10%)	1 (1,02%)	1 (1,02%)
Seus familiares	32 (32,65%)	55 (56,12%)	7 (7,14%)	1 (1,02%)	3 (3,06%)
Seus amigos	12 (12,24%)	57 (58,15%)	26 (26,53%)	0	3 (3,06%)
Seus contatos nas redes sociais	9 (9,18%)	48 (48,98%)	38 (38,78%)	0	3 (3,06%)
Seus colegas de escola	15 (15,31%)	58 (59,18%)	22 (22,45%)	0	3 (3,06%)
Seus professores	18 (18,37%)	57 (58,16%)	20 (20,41%)	0	3 (3,06%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Os resultados mostram que a maioria dos alunos percebe que seus pais têm algum nível de envolvimento com política, mas esse envolvimento é geralmente considerado baixo, com 65,31% apontando “pouco interesse”. O cenário é semelhante para os familiares, onde 56,12% são percebidos com “pouco interesse”, embora o número de alunos que acreditam que seus familiares têm “muito interesse” seja ligeiramente maior que no caso dos pais, com 32,65%.

Quando se trata dos colegas de escola, 59,18% dos alunos notam um interesse político limitado “pouco interesse”, com 22,45% apontando “nenhum interesse”. Esse padrão também é observado na categoria dos professores, onde 58,16% são percebidos com “pouco interesse” e 20,41% com “nenhum interesse”. Esses dados indicam que os alunos percebem uma baixa disposição para o engajamento político entre as pessoas ao seu redor, incluindo amigos, familiares, contatos virtuais e até mesmo professores e colegas escolares.

Ao analisar a percepção dos estudantes sobre os interesses de seus amigos, observa-se um percentual significativo de desinteresse político, com 26,53% dos alunos identificando “nenhum interesse” entre seus colegas. A falta de interesse é ainda mais acentuada entre os contatos nas redes sociais, onde 38,78% foram classificados como tendo “nenhum interesse”, sugerindo que as redes sociais, na percepção dos alunos, não são vistas como um espaço para discussões políticas frequentes.

A *questão nove (9)* avaliou dos sentimentos dos alunos em relação à política resultou na seguinte distribuição (Quadro 9):

Quadro 9 – Sentimento dos alunos em relação à política.

Sentimento	Quantidade de respostas	% do total
Alienado	6	6,12%
Indiferente	32	32,65%
Desiludido	5	5,10%
Interessado	23	23,47%
Participativo	20	20,41%
Outro	11	11,22%
RO	1	1,02%
Total	98	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

A categoria de sentimento mais comum entre os alunos é a indiferença, que aparece em 32,65% das respostas. Isso indica que uma parte considerável dos estudantes não sente uma forte motivação ou conexão com a política (Tomizaki; Daniliauskas, 2018; Viscarra; Barbosa, 2023). Já os sentimentos de interesse e participação somam, juntos, 43,88% das respostas, o que reflete que quase metade dos alunos demonstra algum envolvimento ou preocupação com questões políticas, mesmo que de maneira inicial.

Aqueles que selecionaram “Outro” (11,22%) apresentaram respostas variadas, com 9 alunos descrevendo sentimentos de desinteresse, 1 mencionando estar desanimado, e outro se identificando como indeciso. Essas respostas reforçam o perfil de desengajamento observado em parte da amostra, embora também sugiram a presença de incerteza, sem uma rejeição completa da política.

Os sentimentos mais negativos, como alienação (6,12%) e desilusão (5,10%), correspondem a uma parcela menor, mas significativa, indicando que alguns alunos não apenas se sentem desconectados, mas também estão desiludidos ou desesperançosos em relação ao sistema político atual.

Solicitou-se aos alunos, na *questão dez* (10), que expressassem suas opiniões sobre algumas afirmações relacionadas à política. O Quadro 10, apresenta os resultados:

Quadro 10 – Opinião dos alunos sobre afirmações relacionadas à política.

Opinião → Afirmações ↓	Concordo	Concordo em partes	Discordo	RA	RO
Todo os políticos são corruptos	15 (15,31%)	67 (68,37%)	15 (15,31%)	0	1 (1,02%)
Os políticos prometem, mas não cumprem	36 (36,73%)	56 (57,14%)	4 (4,08%)	0	2 (2,04%)
Políticos são todos iguais	13 (13,27%)	41 (41,84%)	40 (40,82%)	1 (1,02%)	3 (3,06%)
Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar	55 (56,12%)	25 (25,51%)	14 (14,29%)	0	4 (4,08%)
Pessoas como as de minha família					

não tem nenhuma influência nas ações do governo	37 (37,76%)	32 (32,65%)	27 (27,55%)	0	2 (2,04%)
Não adianta participar da política, pois nunca muda nada	29 (25,59%)	35 (35,71%)	32 (32,65%)	0	2 (2,04%)
Assuntos políticos são muito complicados para mim, por isso não me interessam	29 (25,59%)	29 (29,59%)	37 (37,76%)	0	3 (3,06%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados mostram que 68,37% dos respondentes concordam em partes que todos os políticos são corruptos, enquanto 15,31% concordam totalmente e a mesma proporção discorda, o que indica uma visão predominante de ceticismo em relação à classe política.

Em relação à afirmação “Os políticos prometem, mas não cumprem”, 36,73% dos alunos concordam e 57,14% concordam em partes, evidenciando uma percepção generalizada de insatisfação com as promessas políticas. Poucos discordam totalmente dessa afirmação.

Já sobre a ideia de que “Políticos são todos iguais”, 41,84% concordam em partes e 40,82% discordam, sugerindo um equilíbrio entre visões críticas e mais céticas sobre a política, enquanto 13,27% concordam totalmente.

A maioria dos respondentes, 56,12%, concorda com a afirmação de que prefere evitar discussões políticas porque “ninguém se entende”, indicando um certo desgaste ou frustração em relação ao debate político.

Em relação à influência da família nas ações do governo, 37,76% dos alunos concordam que pessoas como as de sua família não têm nenhuma influência, e 32,65% concordam em partes, refletindo uma percepção de distanciamento entre a vida cotidiana e as decisões políticas.

A crença de que “não adianta participar da política, pois nunca muda nada” é compartilhada por 25,59% que concordam e 35,71% que concordam em partes, com uma significativa proporção de 32,65% discordando, indicando variações nas percepções sobre a eficácia da participação política.

Como última afirmação, sobre a ideia de que “assuntos políticos são muito complicados”, 29,59% dos alunos concordam em partes e 37,76% discordam, o que indica que, para uma parcela considerável dos estudantes, a complexidade dos temas políticos não é necessariamente uma barreira ao interesse, embora ainda seja relevante para uma parte significativa dos respondentes.

Na *questão onze (11)*, foi indagado aos estudantes sobre sua participação nas eleições municipais de 2024. Os resultados indicam que apenas 27 alunos votaram, o que representa 27,55% do total; 1 aluno anulou seu voto (1,02%), enquanto 70 não participaram, correspondendo a 71,43%. As justificativas para não votarem ou anularem o voto apontam principalmente para dois fatores: a falta de idade mínima e a não obtenção do título de eleitor.

A repetição de respostas como “não tinha idade” ou “não tinha título” evidencia que muitos estudantes ainda não haviam completado 16 anos ou não realizaram o registro a tempo de votar. Esse dado sugere uma carência de orientação ou dificuldade de acesso ao processo de registro eleitoral, possivelmente por falta de informação sobre os procedimentos ou a ausência de iniciativas que facilitem esse processo (Forlini, 2015).

Além disso, algumas respostas indicaram desmotivação para participar do pleito, com declarações como “não quis”, “não tive vontade” ou “não me envolvi”, sugerindo sinais de apatia política (Côrrea, 2013). Esse fenômeno pode decorrer de fatores como desilusão com o sistema político, falta de conhecimento sobre os candidatos ou as questões discutidas, ou ainda a percepção de que seu voto não teria impacto.

Portanto, os resultados apontam que a baixa participação nas eleições de 2024 entre os estudantes é majoritariamente atribuída à falta de idade e à não obtenção do título de eleitor, com alguns indícios de apatia política entre os jovens entrevistados (Côrrea, 2013).

A *questão doze* (12) versa sobre a opinião dos estudantes sobre o voto facultativo aos 16 anos. A maioria, 75,51%, se mostrou favorável, enquanto 22,45% foram contrários, e 2,04% registraram RO.

Os 22,45% contrários apresentaram justificativas centradas em preocupações sobre a maturidade e responsabilidade dos jovens nessa faixa etária. Muitos argumentaram que, aos 16 anos, os adolescentes ainda não possuem um entendimento adequado para participar do processo eleitoral de maneira consciente. Frases como “muita gente é criança demais para entender” e “adolescentes são irresponsáveis demais para votar” demonstram a percepção de que a maioria dos jovens não estaria preparada para tomar decisões políticas informadas.

Além disso, esses estudantes mencionaram o risco de influência de terceiros, especialmente de pais ou familiares, na formação das escolhas eleitorais dos adolescentes (Vazquez; Pereira, 2020). Expressões como “sempre há influência dos outros” e “a maioria dos jovens não tem o mínimo de noção sobre política” reforçam a visão de que os adolescentes poderiam ser facilmente influenciados, comprometendo sua autonomia política.

Outro aspecto relevante é a crítica à falta de conhecimento político entre os jovens, refletida em respostas que sugerem que muitos adolescentes não compreendem totalmente os temas envolvidos nas eleições. Comentários como “não sabem ainda bem sobre o assunto” e “na maioria das vezes o voto é nulo” sublinham essa percepção.

Esses dados revelam que, apesar de uma maioria favorável ao voto aos 16 anos, há uma parcela significativa de estudantes que expressa desconfiança quanto à capacidade dos jovens de exercer o direito ao voto de forma informada e independente.

Os alunos, na *questão treze (13)* foram perguntados sobre se votariam caso o voto não fosse obrigatório. Os resultados mostram que 68,37% dos estudantes se disseram dispostos a votar mesmo sem a obrigatoriedade, enquanto 27,55% indicaram que não participariam do processo eleitoral, e 4,08% registraram RO.

O dado de que mais de dois terços dos alunos votariam voluntariamente reflete que muitos reconhecem a importância do voto e estão dispostos a exercer seu papel na democracia, independentemente de uma imposição legal. Isso sugere que, para uma parcela significativa dos jovens, o ato de votar vai além da obrigatoriedade, sendo visto como um direito relevante e uma forma de participação política ativa.

Por outro lado, a proporção de 27,55% que não votaria demonstra uma desconexão com o processo eleitoral. Alguns alunos justificaram sua decisão com frases como “não muda nada na minha vida” e “não vejo necessidade”, revelando uma percepção de ineficácia ou falta de interesse nas questões políticas (Brasil; Bins Ely; Costa, 2023). Isso indica que, para esse grupo, a política parece distante de sua realidade e que há uma sensação de que sua participação não teria impacto significativo.

Na *questão quatorze (14)* os alunos foram interpelados sobre os critérios de escolha de candidatos, os resultados mostram que: A pessoa do candidato: 22 (22,45%); O partido do candidato: 7 (7,14%); A pessoa e o partido: 65 (66,33%); Respostas omitidas (RO): 4 (4,08%).

A maioria dos alunos, representando 66,33%, opta por considerar tanto a pessoa quanto o partido ao decidir seu voto. Essa escolha revela uma abordagem mais abrangente em relação à política, onde os estudantes parecem avaliar tanto o histórico pessoal do candidato quanto suas propostas e ideologias partidárias. Essa percepção sugere um discernimento político mais desenvolvido, indicando que os alunos não estão apenas focados em um único aspecto, mas em como ambos os fatores se inter-relacionam.

Por outro lado, 22,45% dos alunos baseiam sua decisão exclusivamente na pessoa do candidato, ressaltando a importância das qualidades pessoais e da atuação individual em sua escolha. Apenas 7,14% dos entrevistados afirmaram votar com base exclusivamente no partido, o que sugere que a identificação partidária isolada tem menos relevância para essa geração em comparação ao caráter e às propostas dos candidatos. Com 4,08% de respostas omitidas, é possível concluir que a maioria dos alunos tem uma posição clara sobre os fatores que influenciam suas decisões eleitorais, o que pode ser um indicativo positivo de engajamento cívico.

Na *questão quinze (15)*, perguntou-se sobre a consideração das propostas dos candidatos ao votar, os resultados foram: Sim: 82 (83,67%); Não: 12 (12,24%); RO: 4 (4,08%).

A grande maioria dos alunos, representando 83,67%, indicou que leva em consideração as propostas dos candidatos ao votar. Esse dado sugere que, para a maioria dos respondentes, o

conteúdo das campanhas e os compromissos assumidos pelos candidatos são fatores significativos em suas decisões eleitorais. Isso é um indicativo positivo de engajamento com as questões políticas e de uma postura crítica ao avaliar o que é proposto.

Por outro lado, 12,24% dos alunos afirmaram que não consideram as propostas dos candidatos. As justificativas fornecidas por esses estudantes variam. Alguns mencionaram que “não têm candidato”, o que pode indicar uma falta de conexão com os nomes disponíveis ou desinteresse pelo processo eleitoral. Outros indicaram que “consideram outros fatores”, sem detalhar quais seriam, enquanto alguns simplesmente disseram “porque não”, demonstrando uma apatia em relação à importância das propostas eleitorais (Côrrea, 2013).

Adicionalmente, houve a justificativa de que os candidatos “nunca vão cumprir todas”, o que reflete uma desconfiança em relação ao cumprimento das propostas de campanha. Essa percepção sugere que a desilusão com a política pode impactar a disposição dos alunos em considerar as propostas como critério de escolha. Essas respostas revelam uma complexidade nas atitudes dos alunos em relação à política, mostrando que, embora a maioria valorize as propostas, ainda existe um segmento que expressa ceticismo e desinteresse.

A *questão dezesseis (16)* abordou sobre a crença dos alunos quanto à importância da política, os resultados foram os seguintes: Sim: 89 (90,82%); Não: 6 (6,12%); RO: 3 (3,06%).

A esmagadora maioria dos alunos, representando 90,82%, afirmou acreditar na importância da política. Esse dado sugere um reconhecimento generalizado de que o processo político exerce influência sobre suas vidas e a sociedade como um todo. Essa percepção demonstra um alto nível de conscientização entre os jovens, indicando que eles entendem o papel da política na construção de políticas públicas, na promoção de direitos e na gestão das questões sociais e econômicas.

Por outro lado, 6,12% dos alunos declararam não acreditar na relevância da política. As justificativas apresentadas por esses estudantes revelam uma visão de descrença. Expressões como “não muda nada para mim” e “não muda nada na minha vida” apontam para uma desconexão pessoal com os impactos das decisões políticas. Para esses alunos, há uma percepção de que a política não tem influência direta em suas rotinas ou em seus futuros, o que pode estar ligado à desilusão com o sistema político ou à falta de exemplos concretos de como as decisões políticas afetam suas realidades.

Na *questão dezessete (17)* buscou-se compreender a percepção dos alunos em relação à presença da política em seu dia a dia, os resultados foram os seguintes: Sim: 59 (60,20%); Não: 35 (35,71%); RO: 4 (4,08%).

A maioria dos alunos (60,20%) reconhece que a política está presente em seu cotidiano, indicando um entendimento de que as decisões políticas influenciam diretamente suas vidas, seja

por meio de políticas públicas, como a própria educação, ou através de outras áreas governamentais que afetam suas rotinas. Esse resultado reflete um certo nível de conscientização, onde os jovens parecem compreender que a política não é algo abstrato, mas algo que interfere na sua realidade diária.

Por outro lado, 35,71% dos alunos afirmaram não acreditar que a política faz parte do seu dia a dia. As justificativas para essa percepção incluem frases como “não presto atenção no que não me convém”, “não falamos muito sobre” e “não acompanho”, sugerindo que, para esse grupo, a política não é algo de interesse ou que receba atenção. A falta de diálogo sobre política, tanto em ambientes escolares quanto familiares, pode reforçar essa sensação de distanciamento. Outros alunos mencionaram que “sou menor de idade” ou que “não me envolvo”, o que indica uma percepção de que a política é algo distante de sua fase de vida ou que não exige seu envolvimento imediato. Uma justificativa notável foi: “políticos pouco se interessam pela nossa vivência”, sugerindo que a política não reflete suas realidades ou necessidades, contribuindo para a sensação de desconexão.

Na *questão dezoito (18)* interpelou-se sobre o envolvimento dos alunos nas campanhas políticas durante o ano eleitoral de 2024, os resultados foram os seguintes: Sim: 20 (20,41%); Não: 75 (76,53%); RO: 2 (2,04%); RA: 1 (1,02%).

A grande maioria dos alunos (76,53%) afirmou não ter se envolvido em campanhas políticas, o que pode refletir um distanciamento ou desinteresse em participar ativamente do processo eleitoral. Esse dado sugere que, embora a política seja parte do cotidiano escolar e social, o envolvimento direto com campanhas eleitorais ainda é baixo entre os jovens. Fatores como falta de oportunidade, desinteresse ou até mesmo a percepção de que esse tipo de participação é irrelevante para sua faixa etária podem explicar esses números.

Por outro lado, 20,41% dos alunos se envolveram em campanhas políticas, o que demonstra que uma parcela dos jovens entende a importância de participar ativamente do processo democrático. Esse envolvimento pode ter ocorrido por meio de apoio a familiares, amigos ou candidatos com os quais se identificam, indicando uma consciência política mais prática e uma disposição para contribuir com o cenário político local. Os 2,04% que omitiram a resposta e o 1,02% que anularam não impactam significativamente a análise, mas mostram que há um pequeno grupo que, por algum motivo, não quis ou não pôde se posicionar.

Na *questão dezenove (19)* versou sobre o posicionamento político dos alunos e, em uma escala de 1 a 10, 1 representa a extrema esquerda e 10 a extrema direita, os resultados foram os seguintes (Quadro 11):

Quadro 11 – Distribuição do posicionamento político dos alunos.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

4 (4,08%)	1 (1,02%)	4 (4,08%)	7 (7,14%)	27 (27,55%)	6 (6,12%)	6 (6,12%)	6 (6,12%)	4 (4,08%)	26 (26,53%)
RA	RO								
2 (2,04%)	5 (5,10%)								

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise dos resultados mostra que a maior parte dos alunos se posiciona no centro do espectro político, com 27,55% optando pela posição 5. Isso indica uma tendência de moderação entre os estudantes, que preferem manter uma visão política equilibrada, sem se alinhar de forma radical com a esquerda ou à direita. Essa escolha pode refletir uma abertura para diferentes ideologias ou uma postura mais pragmática, que não se define por extremos.

No entanto, uma parcela significativa, 26,53%, se identificou com o ponto 10, representando a extrema direita. Esse número elevado sugere que há uma inclinação relevante para posições políticas mais conservadoras ou associadas à direita entre os jovens. Esse dado pode estar relacionado a influências familiares, culturais ou ao contexto político local, que podem favorecer essa orientação.

Por outro lado, as posições mais à esquerda, representadas pelos pontos 1 a 4, somam 16,32% dos alunos. Isso revela que há também um grupo de estudantes que se identifica com ideais progressistas ou de esquerda, mas essa parcela é menor em comparação à direita e ao centro.

A distribuição nos pontos intermediários da escala (6 a 9) é relativamente equilibrada, com cerca de 6% em cada posição. Isso sugere que uma parte dos alunos está em um processo de definição política, ainda explorando suas inclinações, ou que adotam uma postura mais gradual dentro do espectro político.

As RO e RA, que juntas somam 7,14%, mostram que uma pequena parte dos alunos preferiu não se posicionar, o que pode indicar incerteza política, falta de interesse ou até a escolha de manter suas preferências em sigilo (Brasil; Bins Ely; Costa, 2023).

A *questão vinte (20)* questionou sobre a importância dos partidos políticos, e os resultados foram os seguintes: Sim: 76 (77,55%); Não: 18 (18,37%); RO: 4 (4,08%).

A ampla maioria dos alunos, 77,55%, acredita que os partidos políticos são importantes, o que indica uma compreensão, ao menos inicial, de que os partidos desempenham um papel fundamental na organização da política e na formulação de políticas públicas. Esse reconhecimento da relevância partidária pode estar associado ao fato de que os partidos são essenciais para articular propostas, governar e dar estrutura ao sistema democrático. Além disso, esse dado sugere que muitos alunos veem os partidos como necessários para a representatividade política e a canalização de ideias e interesses dentro da sociedade.

No entanto, 18,37% dos alunos discordam dessa visão e não veem os partidos como importantes. As justificativas para essa perspectiva revelam diferentes raciocínios, como o comentário de que “mais vale o candidato do que o partido”, indicando uma valorização maior das qualidades e intenções individuais dos candidatos do que da organização partidária. Isso pode refletir uma desilusão com a estrutura partidária tradicional, que é vista por alguns como burocrática e distante dos problemas reais da população.

Outros alunos mencionaram a percepção de que “ninguém faz nada” ou que “a maior parte das pessoas associa certos partidos com outras coisas”, sugerindo uma desconfiança em relação ao papel dos partidos ou uma visão de que suas ideologias se diluem em promessas vazias. Essa crítica pode estar ligada a uma percepção de ineficiência e falta de ação concreta por parte dos partidos, o que alimenta um sentimento de descontentamento e apatia política entre esses jovens (Côrrea, 2013). Uma das justificativas foi “partidos demais, ideias iguais”, indicando que para alguns estudantes, a proliferação de partidos políticos resulta em pouca diversidade real de ideias, reforçando a ideia de que a política está saturada por grupos que defendem propostas similares, o que não gera grandes mudanças.

As RO e as justificativas vagas indicam que parte dos alunos pode não ter uma compreensão clara sobre o funcionamento dos partidos ou simplesmente não se sente à vontade para discutir o tema.

A *questão vinte e um* (21) abordou a identificação dos alunos com algum partido político. Os resultados foram: Sim: 37 (37,76%); Não: 58 (59,18%); RO: 3 (3,06%).

A maioria dos alunos, 59,18%, afirmou que não se identifica com nenhum partido político, sugerindo uma desconexão considerável entre os jovens e as estruturas partidárias formais. As justificativas para essa falta de identificação variam desde desinteresse e falta de conhecimento sobre os partidos até percepções negativas, como a crença de que “todos mentem” ou que “nenhum partido me representa”. Esse distanciamento pode refletir uma falta de educação política ou uma apatia generalizada em relação ao sistema político (Côrrea, 2013), o que é comum em faixas etárias mais jovens, especialmente quando os partidos são vistos como irrelevantes ou ineficazes. A ideia de que “não voto” ou “não me envolvo com política” também foi recorrente entre aqueles que responderam “não”, reforçando a necessidade de maior conscientização sobre a importância do envolvimento político.

Por outro lado, 37,76% dos alunos afirmaram que se identificam com algum partido. Entre os partidos mais citados estão PL, MDB, PT, PP e referências gerais à direita ou à esquerda do espectro político. Embora a identificação partidária seja menor que a rejeição, o fato de mais de um terço dos entrevistados se identificarem com partidos políticos demonstra que há uma base de engajamento, mesmo que parcial. Alunos que mencionaram o PL e o MDB destacaram

essas siglas como as que mais se aproximam de suas convicções, com algumas referências explícitas a figuras políticas como Bolsonaro, no caso do PL, indicando uma conexão com lideranças políticas que representam esses partidos.

Além disso, há menções a familiares ou parentes como razões para a identificação com um partido, como “primo meu é prefeito”, o que pode indicar que, para parte desses alunos, o envolvimento com partidos é mediado por laços pessoais e não necessariamente por ideologias ou propostas. Isso sugere uma compreensão limitada da função partidária, com escolhas mais associadas a vínculos familiares ou lideranças individuais do que à própria ideologia partidária.

Na *questão vinte e dois (22)* investigou-se o grau de relevância atribuído pelos alunos a diversas características fundamentais para a democracia. O Quadro 12 abaixo apresenta a distribuição das respostas, em que cada característica foi classificada em uma escala de 1 a 10 (11, se necessário). Na escala, 1 representa a maior importância e 10 representa a menor importância (ou 11, se aplicável):

Quadro 12 – Classificação de importância de diferentes características democráticas.

Grau de importância ➡	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	RA	RO
Instituição ↓													
Votar	21	4	8	5	1	4	1	6	1	1	2	29	20
Poder criticar	3	21	2	10	10	3	6	5	2	2	1	19	14
Governar para a maioria	0	4	12	4	8	3	4	8	11	3	4	14	23
Respeitar o direito de todos	11	10	6	9	4	4	3	3	3	0	0	30	15
Não ter pobreza	1	2	6	9	13	3	8	4	7	7	0	23	15

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise seguiu o mesmo critério utilizado na Questão 7, calculando a soma ponderada das frequências. A pontuação final foi atribuída de acordo com a classificação, onde as classificações mais altas (mais próximas de 1) recebem maior peso (11) e as classificações mais baixas (mais próximas de 11) têm um impacto menor (1). As características foram classificadas da seguinte forma: Poder criticar: 490 pontos; Votar: 450 pontos; Respeitar o direito de todos: 435 pontos; A igualdade entre os cidadãos: 384 pontos; A paz: 374 pontos; Não ter pobreza: 357 pontos; Governar para a maioria: 349 pontos; Liberdade de expressão: 307 pontos; Liberdade de imprensa: 290 pontos; A competição entre partidos: 275 pontos; Outro: 25 pontos.

A análise dos dados revela uma hierarquia clara nas prioridades democráticas dos alunos, refletindo uma compreensão crítica sobre os valores que sustentam a democracia. A característica “Poder criticar” obteve a maior pontuação, com 490 pontos, indicando que os alunos valorizam a

crítica como um mecanismo essencial para a saúde democrática. Essa alta prioridade sugere uma forte apreciação pela liberdade de expressão e pela capacidade de questionar instituições e líderes.

Em seguida, “Votar” recebeu 450 pontos, o que também evidencia a importância que os alunos atribuem à participação no processo eleitoral como um aspecto fundamental da cidadania. Contudo, mesmo com uma alta incidência de respostas indicando sua importância, este aspecto foi considerado menos crucial do que o poder de criticar, sugerindo que os alunos podem ver o voto como uma ação vital, mas não necessariamente suficiente para garantir uma democracia efetiva.

A terceira característica mais valorizada foi “Respeitar o direito de todos”, com 435 pontos, o que demonstra uma compreensão forte da necessidade de garantir direitos iguais a todos os cidadãos. Esse reconhecimento da diversidade e inclusão é percebido como um pilar fundamental da democracia pelos alunos.

As classificações seguintes revelam que, embora características como “A paz” (374 pontos) e “Não ter pobreza” (357 pontos) também sejam altamente valorizadas, há uma clara consciência de que fatores socioeconômicos estão interligados com a democracia e a equidade social.

Por outro lado, “A competição entre partidos” recebeu apenas 275 pontos, indicando uma percepção crítica da dinâmica partidária. Isso sugere que os alunos podem sentir que essa competição não traduz uma representação verdadeira dos interesses públicos.

A opção “Outro”, com apenas 25 pontos, reflete uma baixa prioridade atribuída a características que não se enquadram nas categorias mencionadas. Quando os alunos escolheram essa opção, foram solicitados a especificar qual característica estavam considerando, mas as respostas foram limitadas a RA e RO, sem uma descrição clara. Isso mostra que, embora os alunos tenham uma visão focada sobre as características essenciais da democracia, também há uma falta de desenvolvimento sobre outras dimensões que poderiam ser relevantes para a discussão.

A *questão vinte e três (23)* investigou a participação dos jovens em diversas atividades políticas e sociais, apresentando a seguinte tabela com a distribuição das respostas (Quadro 13):

Quadro 13 – Participação dos jovens em atividades políticas e sociais.

Participação ➡					
Atividades ↓	Participo	Já participei	Não participo	RA	RO
Partidos políticos	10 (10,20%)	11 (11,22%)	72 (73,47%)	0	5 (5,10%)
Reuniões políticas	5 (5,10%)	10 (10,20%)	77 (78,57%)	0	6 (6,12%)
Associações comunitárias	7 (7,14%)	18 (18,37%)	64 (65,21%)	3 (3,06%)	6 (6,12%)

Atividades religiosas	18 (18,37%)	17 (17,35%)	55 (56,12%)	3 (3,06%)	5 (5,10%)
ONGs	6 (6,12%)	8 (8,16%)	78 (79,59%)	1 (1,02%)	5 (5,10%)
Manifestações e protestos	7 (7,14%)	8 (8,16%)	77 (78,57%)	1 (1,02%)	5 (5,10%)
Movimentos sociais	7 (7,14%)	7 (7,14%)	78 (79,59%)	0	6 (6,12%)
Atividades no seu bairro	10 (10,20%)	18 (18,37%)	64 (65,21%)	1 (1,02%)	5 (5,10%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados revelam um baixo nível de participação dos jovens em atividades políticas e sociais. A maioria dos respondentes (mais de 70%) relatou não participar de partidos políticos, reuniões políticas, associações comunitárias, ONGs, manifestações ou movimentos sociais. Essa tendência é particularmente marcante nas categorias “Partidos políticos”, onde 73,47% afirmaram não participar, e “ONGs”, com 79,59% na mesma condição (Côrrea, 2013).

Por outro lado, as atividades religiosas mostraram uma participação mais significativa, com 18,37% dos alunos afirmando que participam ativamente e 17,35% já tendo participado. Isso sugere que as atividades religiosas podem ser um espaço onde os jovens se sentem mais confortáveis ou incentivados a se envolver (Tomizaki; Daniliauskas, 2018).

As respostas indicam uma apatia ou desinteresse generalizado em relação à política formal, evidenciada pelo alto percentual de jovens que não se envolvem em atividades que promovem a participação cidadã (Côrrea, 2013).

A última *questão, vinte e quatro (24)*, investigou a disposição dos alunos em participar de atividades políticas. Os resultados foram os seguintes: Sim: 43 (43,88%); Não: 50 (51,02%); RO: 5 (5,10%). Os dados revelam um cenário de apatia política entre os jovens participantes, com uma maioria de 51,02% afirmando que não pretendem participar de atividades políticas (Côrrea, 2013), enquanto apenas 43,88% mostraram disposição para se engajar. Esse desinteresse é corroborado pelas justificativas apresentadas, que refletem uma série de sentimentos e percepções negativas em relação à política (Tomizaki; Daniliauskas, 2018).

As principais razões para a recusa incluem a falta de interesse e motivação, com muitos alunos destacando que a política não desperta curiosidade ou vontade de participação (Brasil; Bins Ely; Costa, 2023). Além disso, há menções à percepção de conflitos durante atividades políticas, como “Muitas têm brigas”, indicando que o ambiente político é visto como hostil ou desconectado da realidade dos jovens.

Outro ponto relevante é a expressão de ceticismo, como evidenciado na frase “Não irei ganhar nada”, que sugere uma visão cínica da política, onde a participação é percebida como uma atividade que não traz benefícios pessoais ou coletivos. Isso aponta para a necessidade de

iniciativas que busquem engajar os jovens, demonstrando a relevância da participação política em suas vidas e nas suas comunidades.

4. Considerações Finais

A pesquisa analisou o conhecimento e o comportamento, ou seja, o nível de participação política de estudantes do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Educação Básica, localizada em Faxinal do Soturno, RS. Para compreender a percepção e o engajamento cívico dos jovens, utilizou-se um questionário para coletar dados. Os resultados obtidos reafirmam a importância da participação política na formação da identidade cidadã e no fortalecimento das bases democráticas em uma sociedade plural (Alves, 2014).

Em relação ao primeiro objetivo específico, que visava analisar a percepção dos estudantes sobre a importância da participação política, ficou evidente que, embora houvesse um reconhecimento geral da relevância do engajamento cívico, muitos estudantes se mostraram distantes das práticas políticas formais, como o voto e a participação em atividades sociais e políticas. Essa discrepância destaca a necessidade de uma educação política mais efetiva, que não apenas informe os jovens sobre seus direitos e deveres, mas que também os incentive a se tornarem agentes ativos na construção de sua realidade.

No que diz respeito ao segundo objetivo, a identificação das barreiras ao engajamento, a pesquisa revelou que a apatia política, o desinteresse e a falta de informações foram as principais limitações para a participação ativa dos alunos. Essa realidade ressalta a urgência de implementar programas educativos que abordem a política de forma acessível e atrativa, promovendo espaços de diálogo onde os estudantes possam expressar suas opiniões e discutir questões relevantes para suas vidas e comunidades.

A análise da compreensão dos estudantes acerca da escolha de candidatos e partidos políticos revelou que muitos alunos apresentaram um entendimento superficial sobre o processo eleitoral. Embora a maioria reconhecesse a importância de escolher candidatos e partidos, a pesquisa indicou que havia confusão em relação aos critérios que deveriam ser considerados nessa escolha. Essa falta de clareza evidencia a necessidade de uma abordagem educacional que não apenas explique o funcionamento das eleições, mas que também promova discussões críticas sobre as características que tornam um candidato ou partido verdadeiramente representativo das necessidades da sociedade. Incentivar os alunos a refletir sobre suas opções eleitorais pode contribuir para um engajamento mais consciente e responsável nas próximas eleições.

Ademais, a pesquisa revelou que a influência da família é um fator significativo nas decisões dos estudantes ao escolher candidatos e partidos políticos, mostrando que a formação

da opinião política dos jovens muitas vezes não ocorre de forma autônoma. Essa constatação aponta para a importância de ampliar o diálogo em família sobre política, permitindo que os jovens desenvolvam uma visão crítica sobre suas escolhas e o impacto delas na sociedade.

Em suma, os resultados deste estudo demonstram a necessidade premente de uma abordagem renovada à educação política nas escolas, que não apenas informe, mas também envolva os jovens na prática cívica. A participação política não deve ser vista como uma obrigação, mas como uma oportunidade de transformação e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, fica evidente que novos estudos são necessários para aprofundar a compreensão sobre a participação política e cívica dos estudantes do Ensino Médio, explorando novas metodologias e práticas pedagógicas que estimulem o engajamento e a conscientização política entre os jovens. A pesquisa realizada serve como um ponto de partida para futuras investigações que visem não apenas a análise do fenômeno, mas também a proposição de soluções que contribuam para o fortalecimento da cidadania ativa entre os jovens de nossa sociedade.

Referências

ALVES, Marcos Alexandre. Ética e educação: caráter virtuoso e vida feliz em Aristóteles. **Acta Scientiarum. Education**, v. 36, n. 1, p. 93-104, 20 fev. 2014. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i1.19276>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação 2018. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1995.

BRASIL, Marina Valentim; ELY, Isadora Graeff Bins; COSTA, Angelo Brandelli. Engajamento, deliberação e informação: Como os estudantes pensam a democracia. **Educação em Revista**, v. 39, n. e40763, 2023.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos** – Discurso e praxis dos seus programas. 2º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

CORREA, Edwiges Conceição Carvalho. Participação política entre jovens: reinvenções e utopias. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 45-48, 2013.

DANTAS, Humberto; BERNARDI, Ana Julia; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. **Educação política e juventudes**: política pública e percepção do público-alvo sobre o tema. *Revista Debates*, v. 17, n. 2, p. 115-143, 2023.

DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo de Almeida. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. **Conexão Política**, v. 4, n. 1, 2015.

FORLINI, Danilo Basile. **Construindo caminhos para a educação política**: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2015. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/3faffe3-3e1c-467d-924b-1b1b2a24eaeed>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108, 2012.

GIROUX, Henry Armand. **On Critical Pedagogy**. London: Continuum, 2011.

MEZZAROBBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

MOURA E BRAGA, Renato Albuquerque; *et al.* Educação política, democracia e direitos humanos: diálogos com a cidadania ativa e consciente nas eleições políticas no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 869–889, 2023.

PARANÁ. **O que é ser Cidadão**. Curitiba, PR: Secretaria de Justiça e Cidadania, [s.d.]. <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-ser-Cidadao>

RABAT, Marcio Nuno. Mais Política e Menos Reforma Política. **Paraná Eleitoral**, n. 53/54, p. 67–74, 2004.

RIO GRANDE DO SUL. **Caderno Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** - Caderno 02. Porto Alegre, RS: Secretaria de Educação, 2022.

SAMPAIO, Flávia Pacheco. Os Partidos Políticos e a Partitocracia. **Dike: Revista Jurídica do Curso de Direito da UESC**, v. 4, p. 57–69, 2002.

SANTANO, Ana Cláudia. Do Surgimento à Constitucionalização dos Partidos Políticos: uma revisão histórica. **Resenha Eleitoral**, v. 20, n. 2, p. 9-32, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. Os jovens e a política: do mal-estar a novas formas de expressão na vida pública. Entrevista com Anne Muxel. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 347-356, 2018.

VAZQUEZ, Daniel Arias; PEREIRA, Alexandre Barbosa. A formação de opinião política entre estudantes do ensino médio de Guarulhos-SP. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, p. 925-944, 2020.

VISCARRA, Simone Piletti; DA SILVA BARBOSA, Bruna. A percepção dos jovens brasileiros sobre política e democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2023.

WESTHEIMER, Joel. **What kind of citizen? Educating our children for the common good**. New York: Teachers College Press, 2015.

ZORZI, Felipe Bortoncello. **Cidadania desigual**: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143113>